



A EDUCAÇÃO DOS INFANTES NAS *SIETE PARTIDAS* DE ALFONSO X, O SÁBIO

Gabriella Sontag Neves¹, Jaime Estevão dos Reis²

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Medievais – UEM: E-mail: gabysonntag@gmail.com

² Orientador, Doutor, Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá. Coordenador do LEM – Laboratório de Estudos Medievais. E-mail: jaimesteveaoreis@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a educação dos filhos dos monarcas na obra jurídica *Siete Partidas* de Alfonso X, o Sábio (1252-1284). Procuramos mostrar como os infantes eram tratados, desde o nascimento até a fase de preparação para a vida na corte, que se iniciava por volta dos sete anos, segundo o ciclo de vida na concepção medieval. Após o nascimento, as crianças eram entregues a amas de leite, e na fase posterior que começava por volta dos sete anos, a preceptores e preceptoras, para que lhes ensinassem as boas maneiras, segundo o costume da nobreza castelhano-leonesa.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Infância; Família.

1. INTRODUÇÃO

Philippe Ariès (1986) aponta que houve uma ‘descoberta do sentimento de infância’ por volta do século XVII, quando a sociedade moderna passa por transformações que demarcam o lugar da criança na vida familiar e social. Entretanto, considerar que antes da sociedade moderna não existia infância, e sim, uma vida adulta que se iniciava desde o momento que a criança deixava o seio materno, é ignorar o que compreendemos como infância, isto é, uma construção social que desde o século XVII, vem se afirmando na sociedade. A Idade Média possuía, sim, uma valorização das crianças, e a partir do século XII, a Igreja torna cada vez mais comuns os cultos ao menino Jesus. Com o aumento populacional e crescimento econômico do século XII, a mortalidade infantil decaiu e as crianças passam a ser mais presentes no dia a dia (HEYWOOD, 2008).

A família era a única responsável pela formação das crianças e, especialmente na nobreza, havia um grande cuidado com a educação dos jovens, já que essa formação asseguraria o papel social que, quando adulto, deveria ser exercido. Era papel da mulher, mãe, madrastra, ou outra parente do sexo feminino assegurar a educação das crianças e garantir que sua formação e comportamento fossem ensinados de acordo com o que era esperado socialmente.

Para demonstrar a preocupação com as crianças durante a Idade Média, utilizarei como fonte as *Siete Partidas* de Alfonso X (1221-1284), o Sábio. As *Siete Partidas* são consideradas uma das obras jurídicas de maior importância do período medieval, e a maior contribuição da Espanha para a história do direito. A obra foi escrita em um contexto de unificação jurídica dos territórios de Alfonso X, após as conquistas militares de seu pai, Fernando III (1201-1252). As *Siete Partidas*, são assim chamadas em razão de serem divididas em sete partes, classificadas por temas, e é a Quarta Partida que trata dos filhos do rei e como estes devem ser cuidados e educados.

Neste presente artigo, buscamos compreender alguns aspectos da família medieval, como esta instituição se estruturava, a forma como a linhagem se transformou no principal elemento que ligava os membros da família, bem como o casamento, usado como medida de manutenção do poder. Procuramos mostrar como as crianças eram cuidadas e



educadas em uma família da realeza, recebendo a devida formação necessária para que ocupasse sua posição futura posição social.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreendermos a criança e infância medieval, precisamos entender, também, a família e sua estruturação, já que esta era responsável por todo o cuidado e educação que a criança receberia. No ambiente da família é necessário entender a importância do casamento para sua constituição, especialmente entre a nobreza, apontando as justificativas religiosas e seculares segundo a concepção medieval de família.

Para isso, utilizaremos a fonte *Las Siete Partidas*, de autoria atribuída a Alfonso X (1221-1284), o Sábio rei de Castela e Leão. As *Siete Partidas* foram uma tentativa de unificar as leis de todos os territórios sob o controle da Coroa de Castela no século XIII. Para compreender sua necessidade, é preciso entender o contexto de unificação dos reinos de Castela e Leão, bem como a guerra de Reconquista.

Berenguela de Castela (1180-1246) se casou com Alfonso IX de Leão, e juntos tiveram Fernando (1201-1252), entretanto, o casamento fora anulado pelo papa e Fernando se tornara ilegítimo (Moretti, 2022). Berenguela era a filha mais velha do rei de Castela, e após a morte de seus irmãos, ascendeu ao trono porque o direito castelhano não excluía irmãs de assumirem a coroa na falta de um herdeiro homem. O pai de Berenguela reforçou o direito dela ao trono, fazendo reconhecer sua sucessão em caso da falta de um herdeiro. Assim que assumira o trono, para evitar conflitos com os nobres que desejavam que um herdeiro varão o assumisse, Berenguela abdicou em favor de seu filho, Fernando, que se tornou Fernando III de Castela (MORETTI, 2022).

A unificação com o reino de Leão ocorreu com a morte de Alfonso IX. Sem herdeiros, o monarca havia expressado o desejo de que suas filhas herdassem o reino, entretanto, Berenguela fez um acordo com as princesas para que elas abdicassem em favor do irmão, o que ocorreu em 1230, (MORETTI, 2022).

Após a morte de Fernando III em 1252, Alfonso X foi coroado e herdou um grande território unificado, mas com leis e costumes diferentes devido ao histórico de divisão territorial anterior. Assim, ao longo de seu reinado, ele empreendeu tentativas de unificar juridicamente os territórios da Coroa de Castela. Do seu projeto resultam três códigos jurídicos: *Fuero Real*, *Espéculo* e as *Siete Partidas* (RIBEIRO, 2017; Reis, 2007).

Este último código, assim denominado por conta de sua estrutura, dividida em sete partes. As *Siete Partidas* se dividem em conjuntos de leis, classificadas por assunto. A *Primeira Partida* se refere à Igreja e aos assuntos relacionados à religião Cristã; a *Segunda Partida* trata dos deveres do rei, incluindo seus deveres na criação dos filhos; a *Terceira Partida* discorre a respeito das leis e seus executores; a *Quarta Partida*, sobre casamentos e servos; a *Quinta Partida* trata dos empréstimos e contratos; a *Sexta Partida* se refere aos testamentos e a *Sétima Partida*, dos delitos e crimes.

A temática estudada neste artigo se insere na *Segunda Partida*, especificamente, o *Título VII*. Através da análise da fonte, procuramos estudar o papel da família na formação e educação dos jovens infantes, que deveriam ser preparados para a vida adulta no seio da nobreza, cientes dos deveres que a posição acarretava.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de abordarmos o tema da criança na Idade Média, precisamos compreender como se estruturava a família medieval, já que esta seria a principal responsável pelo preparo da criança para a vida adulta. Guiada pelos preceitos da *linhagem*, a família medieval se centrava em relações genealógicas, sendo estas mais importantes que laços



de vassalagem e suserania, inegavelmente valiosos no ambiente da sociedade medieval (BARTHÉLEMY, 2009).

A religião cristã e a Igreja Católica foram responsáveis por difundir na sociedade, a ideia de que o poder e a posição social eram transmitidos por direitos de nascimento, pelo sangue. Dentro da lógica tripartite, a sociedade estava dividida em três ordens, e aqueles que não nasciam nas linhagens nobres deveriam ser guiados pelos que foram escolhidos por Deus, ou seja, os membros da Igreja e da nobreza (Duby, 1994). Parte da lógica tripartite se centrava no trabalho, e aqueles que não trabalhavam estavam mais próximos de Deus, já que o trabalho era visto como a punição dada ao homem por cair em pecado, logo, aqueles que não trabalhavam estavam sendo recompensados por Deus (Duby, 1994).

Participar da nobreza não era condição imposta unicamente pela posse de riqueza, poder ou o direito de portar armas, e sim, aos antepassados. Dessa forma, dentro de uma mesma linhagem nobre, nem todos possuíam direito de administrar terras e assumir o poder militar. Algumas famílias apenas possuíam o privilégio de não pagar impostos (HEERS, 1978).

Todavia, a permanência das linhagens nobres separadas das plebeias era fundamental para a manutenção do poder exercido pela nobreza. Esse era um dos motivos que fazia com que a escolha dos cônjuges, dentro dessa ordem, não ocorresse com base em compatibilidade entre os noivos, e sim, entre os interesses familiares envolvidos (BARTHÉLEMY, 2009).

O chefe da família era o homem, que deveria vigiar, controlar e corrigir as mulheres, fossem elas suas filhas, esposas, viúvas, órfãs, e todas as demais que estivessem sob sua proteção. O patriarca toma as decisões em nome das tuteladas, pois acreditava-se que as mulheres seriam 'incapazes' de tomar as decisões tidas como corretas. As mulheres e suas descendentes, deveriam sempre ser observadas e mantidas sob vigilância para não caírem em erros, ou pior, levarem os homens ao pecado (LE GOFF, 2005).

Tal como o restante da família, os homens eram os responsáveis pela escolha e negociação dos acordos de casamento, segundo Francisco Javier Expósito Martín:

Em muitas ocasiões um ou ambos os cônjuges não estavam presentes no casamento, e um membro da família se casava em seu nome, quase sempre os pais. Isso é consequência da pouca importância que se dava na época aos sentimentos do casal. Também em algumas ocasiões, os noivos chegavam a se conhecer apenas no dia do casamento, sem nunca ter se encontrado antes, sendo os pais quem resolviam tudo sobre o matrimônio (EXPÓSITO MARTÍN, 2011, p. 2)¹.

A escolha das esposas era pautada em atributos como beleza, temperamento, mas principalmente por questões mais práticas como a família da noiva, o dote, as vantagens políticas ou econômicas que esse casamento poderia trazer (EXPÓSITO MARTÍN, 2011).

Nas *Partidas*, Alfonso X deixa claro a importância da escolha noiva com cautela, sendo o cuidado com a linhagem a primeira coisa a se observar, pois a linhagem era transmitida tanto pelo pai, quanto pela mãe, dessa forma, quanto mais ilustre a linhagem da mãe, mais honrado seria o rei por tê-la como esposa, e mais nobres e bem considerados serão os filhos que ela tiver (PARTIDA II, T. VI, L. I). Ao se referir aos infantes, se aponta que em razão da nobreza que vem da mãe e do pai e é passada adiante aos filhos, os reis devem amar e cuidar muito bem dos infantes, pois eles foram abençoados com o sangue

¹ “En muchas ocasiones, alguno de los contrayentes o los dos no estaban presentes en su boda y se casaban en su nombre algún miembro de la familia, que casi siempre eran los padres. Esto es consecuencia de la poca importancia que se daba en la época a los sentimientos de la pareja. También en ocasiones, los novios llegaban al día de la boda sin apenas conocerse o sin haberse visto nunca, siendo sus padres quienes daban todo hecho para el matrimonio” (EXPÓSITO MARTÍN, 2011, p. 2).



nobre, que traz consigo boas maneiras e nenhuma maldade (Partida II, T. VII, L. I). A linhagem era fundamental não apenas porque trazia legitimidade ao poder, mas também porque se acreditava que características como bondade, coragem e sabedoria eram transmitidas pelo sangue, como bênçãos divinas, os infantes eram considerados bons e sem maldade intrinsecamente por conta de sua linhagem, seu sangue real, e por conta disso, o rei deveria amar seus filhos.

O matrimônio tinha duas distintas finalidades: a união das famílias com alianças, e a descendência. Mulheres que não desejavam o casamento ou se recusassem a ter filhos eram vistas como não-naturais, e a infertilidade era considerada uma maldição. Enquanto a descendência, especialmente a masculina, era tomada como um presente divino (GARCÍA HERRERO, 1998).

Há diversos exemplos na Bíblia de como Deus recompensava seus fiéis com filhos, curando a infertilidade, como ocorrera com Sara, esposa de Abraão, que, na velhice, fora presenteada com um filho como recompensa pela fé². E se mostra como Deus poderia punir com esterilidade às mulheres que zombassem da fé, como fizera com Mical, esposa do Rei Davi, punida a morrer sem filhos por ter desprezado o marido³.

Após o casamento, esperava-se que marido e esposa logo tivessem filhos, e enquanto métodos contraceptivos eram conhecidos e relativamente eficazes, a Igreja os condenava profundamente. A única função do sexo, para a Igreja, era a procriação, e esta, só era aceitável se ocorresse dentro do casamento. Toda relação sexual fora do casamento era considerada fornicação, e assim, um pecado, porque era a busca do sexo como um prazer, e não para cumprir o dever de ter filhos (FLANDRIN, 1991). A esposa deveria atender aos desejos do marido, caso contrário, estava cometendo pecado, pois o homem seria levado a buscar alívio do desejo com outra mulher e praticando a fornicação (SANTOJA HERNÁNDEZ, 2015).

Tanto a gravidez quanto o nascimento eram assuntos femininos, os homens tinham pouco ou nenhum conhecimento do que ocorria com as mulheres no parto. Durante a gravidez, uma série de 'ritos' poderiam ser executados para que a gravidez fosse levada a termo, como amuletos para a proteção tanto da mãe quanto do bebê (GARCÍA HERRERO, 1998). A cesárea era conhecida, mas seu emprego em mulheres vivas era raro, já que por conta das condições de higiene da época, se tornava uma condenação de morte por infecção à mulher (EXPÓSITO MARTÍN, 2011).

Após o nascimento, era comum que a nobreza entregasse o filho para que uma ama de leite amamentar. Alguns fatores podem explicar esse costume, como a possibilidade de infertilidade durante a amamentação, que durava de dois a quatro anos, e em uma realidade de altas taxas de mortalidade, se esperava que a rainha tivesse o maior número de filhos possível com a esperança de que poucos chegassem à idade adulta. Ademais, as rainhas possuíam outras obrigações na corte além de cuidar dos filhos, e por isso era necessário que contassem com amas de leite e babás para cuidar dos infantes.

Ao se referir à proteção que o rei deveria dar aos seus filhos, Alfonso X menciona nas *Partidas* algumas características das amas de leite:

E quem deve oferecer essa proteção, primeiramente, há de ser o rei e a rainha, e isso se faz dando aos infantes amas saudáveis e de boas maneiras. E porque o tempo que esta passa com a criança é maior do que a própria mãe, não se pode permitir que infantes adquiram maus costumes da ama. [...] tais amas devem ter

² BÍBLIA, Gênesis, 16-17.

³ BÍBLIA, 2 Samuel, 6.



leite o bastante, possuir boa educação, serem saudáveis e bonitas, de boa linhagem e bons costumes (PARTIDA II, T. VII, L. IV).⁴

Na passagem se demonstra a preocupação com a pessoa que passaria grande parte do tempo com os infantes. Se acreditava que o leite materno, assim como o sangue, transmitia qualidades para as crianças, e por conta disso era importante que a mulher que amamentasse os filhos do rei, possuísse uma boa linhagem e boas qualidades. Essas mulheres eram escolhidas dentre as fileiras da nobreza, geralmente elas eram próximas à rainha (ARROÑADA, 2010).

Também não se havia o costume de dar leite de animais às crianças, pois este era associado a doenças. Era comum que as crianças fossem amamentadas até cerca de três ou quatro anos, ainda que outros alimentos fossem inseridos na alimentação, o principal continuaria a ser o leite até o desmame (GREENLEAF, 1978). O convívio diário das crianças se dava com as mulheres e outras crianças e nas casas da nobreza havia aposentos reservados às mulheres onde apenas os meninos pequenos eram permitidos. Os homens não possuíam muito contato com os filhos até que atingissem a idade de sete anos, quando se inicia o treinamento para se tornar cavaleiro (GREENLEAF, 1978).

Mesmo que não houvesse contato direto, era dever do rei garantir que seus filhos fossem formados da maneira considerada como correta. Os responsáveis pela educação eram a rainha e os tutores e babás, encarregados de educar e ensinar os modos da corte aos infantes. Essa distância entre pais e filhos pode ter sido fundamental para a construção do pensamento que durante a Idade Média não havia uma percepção da infância, entretanto, as *Partidas* deixam claro o amor existente entre pais e filhos:

E por esta razão os reis devem amar muito seus filhos; e esse amor se deve a dois motivos. O primeiro, porque os filhos vêm dele e são como uma parte de seu corpo. O segundo, porque os filhos ficam em seu lugar após a morte para fazer as coisas boas que o rei não conseguiu fazer (PARTIDA II, T. VII, L. I).⁵

Na fonte também se determina que o rei deveria amar e garantir que seus filhos fossem educados, com bondade e integridade, por dois motivos: o primeiro, porque, segundo a natureza, todos que têm filhos deveriam se dar ao trabalho de criá-los e oferecer-lhes o melhor que puderem. Outro motivo seria, segundo o entendimento, que quanto mais educados, saudáveis e bondosos, melhor eles serviriam de exemplo aos outros, tornando-se mais nobres (PARTIDA II, T. VII, L. II).

Se entendia que as crianças eram o reflexo dos pais, e assim, seu comportamento e realizações eram, também, realizações de seus pais. Um bom príncipe, assim o era por conta de sua família, e isso estava atrelado tanto ao conceito da linhagem, que traz características como bondade e coragem, quanto também à educação que as crianças recebiam da família.

Por esse motivo, era preciso que os infantes recebessem a melhor educação, para que fossem justos, generosos, bondosos, inteligentes, de boas maneiras, porque isso refletiria positivamente em seus pais, e especialmente em seu pai, o rei. A formação dos

⁴ E los que primeramente deben hacer esta guarda, ha de ser el rey e la reina, e esto es en darles amas sanas e bien acostumbradas. [...] E porque el tiempo de esta crianza es mas largo que el de la madre, por esto no se puede ser que no reciba mucho del contenente e de las costumbres del ama. [...] tales amas hayan leche asaz, e sean bien acostumbradas, e sanas, e hermosas, e de buen linaje, e de buenas costumbres. (Partidas, T. VII, L. IV).

⁵ E por esto deben los reyes puñar que sean sus hijos tales e amarlos mucho; e este amor debe haber por dos razones. La primera, porque viene de él e son como miembro de su cuerpo. La segunda, que por remembranza fincan en su lugar después de su muerte para hacer aquellas cosas de bien, que él era tenido de hacer (Partidas, T. VII, L. I).



infantes se iniciava cedo, e havia uma grande preocupação com quem seriam os responsáveis pela educação dos filhos do rei. Conforme mostramos, começava-se pela escolha da ama de leite que iria amamentar a criança, mas se estendia também às babás e tutores.

As *Partidas* indicam que para a educação dos infantes,

[...] é conveniente que os pais lhes deem tutores para cuidar das crianças, e ensinar os modos de comer e beber, no lazer e na aparência, para que sejam elegantes [...] E os sábios já diziam que os meninos aprendem melhor as coisas enquanto são pequenos, como cera mole que coloca no selo [...]. Os reis devem escolher tais tutores com cuidado, para que sejam homens de boa linhagem, bons costumes, de bom sangue, saudáveis, inteligentes, e acima de tudo, que sejam leais e amem ao rei e ao reino (PARTIDA II, T. VII, L. IV).⁶

Era de fundamental importância que os infantes aprendessem os modos de vida da corte, pois a etiqueta e os bons modos já apareciam como uma forma de diferenciação da nobreza do restante da sociedade. Era comum que lhes recitassem poemas para ensinar a memorizar as regras do convívio social. Seguir as regras do bom comportamento significava fazer parte de um grupo aristocrático, que começava a se diferenciar dos demais pelas maneiras e etiqueta (ELIAS, 1994).

As refeições desempenhavam uma função muito mais significativa na interação social e no convívio com outras pessoas. Nas *Partidas* se menciona o especial cuidado que se devia ter ao ensinar os infantes a comer e a beber, apontando que a primeira coisa que os tutores deveriam ensinar aos infantes era a arte de comer e beber de forma elegante, colocando pouco alimento na boca, comer devagar, lavar as mãos após a refeição para que não as esfregassem no rosto e nos olhos (PARTIDA II, T. VII, L. V).

Outro cuidado demonstrado nas *Partidas*, é com o vinho. Os infantes deveriam ser ensinados a beberem de forma elegante e sem exageros, e quando mais jovens, apenas de forma diluída em água, porque poderia causar perturbações na cabeça, e mesmo quando adultos, deveriam ter controle com a bebida pois era um mau costume, além de fazer mal à saúde (PARTIDA II, T. VII, L. VI).

Aos sete anos de idade, os infantes deixavam de ser considerados crianças, iniciando o próximo estágio da vida. É a partir dessa idade que meninos e meninas são separados, e passam a ter obrigações diferentes perante a família e a sociedade. Os nobres começavam a educar suas filhas para a corte e a vida após o casamento. Era comum que as meninas fossem enviadas para servirem como damas de companhia de mulheres nobres para aprenderem seus deveres, enquanto os meninos passavam a receber treinamento militar para assumir futuras funções como escudeiros e cavaleiros (MITCHELL, 2007).

4. CONCLUSÃO

A infância medieval era uma fase decididamente mais curta do que hoje compreendemos como infância, entretanto, nossa noção provém de estudos psicológicos, avanços na ciência e medicina. Hoje, percebemos a infância como um período de desenvolvimento cerebral, com marcos de desenvolvimento, formação de estruturas de

⁶ [...] conviene que les den ayos que los guarden, e los afeiten en su comer, e en su beber, e en su holgar, e en su apariencia, de manera que lo hagan bien, e apuestamente [...] E dijeron los sabios, que tales son los mozos para aprender las cosas mientras son pequeños, como la cera blanda cuando la ponen en el sello [...] deben los reyes querer bien guardar sus hijos, e escoger tales ayos que sean hombres de buen linaje, e bien acostumbrados e sin mala saña, e sanos, e de buen seso, e, sobre todo, que sean leales derechamente amando pro del rey e del reino (PARTIDA II, T. VII, L. IV).



pensamento que dura até o início da puberdade. Na Idade Média, a infância se estendia até os sete anos e a puberdade marcava o início da vida adulta.

Após o nascimento, os infantes eram entregues a amas de leite, mulheres da nobreza e quando deixavam o seio, passavam a ser cuidados por tutores, pessoas de confiança do rei e da rainha, responsáveis por sua educação. Os preceptores ensinavam-lhes comportamentos da vida cotidiana da nobreza, como se portar à mesa durante as refeições, e, no caso dos meninos, ensinar-lhes a cavalgar, e demais atitudes cavaleirescas.

Ainda que o rei e rainha não participassem pessoalmente da criação de seus filhos, devido ao costume da época e em razão das obrigações que estes tinham perante o reino, ainda assim faziam parte do processo de formação dos infantes. A escolha das babás, amas e tutores, não deveria ser feita levemente, pois estas pessoas passariam mais tempo com as crianças do que os próprios pais. Desse modo, eles deveriam ser escolhidos segundo alguns princípios, como a lealdade, a sabedoria e a destreza.

A fonte discutida nesse texto, as *Siete Partidas*, de Alfonso X, o Sábio aborda o universo da educação dos filhos e filhas dos monarcas e a preparação dos infantes para a vida na corte e entre a nobreza castelhano-leonesa.

REFERÊNCIAS

ALFONSO X. **Las siete partidas**. El libro del fuero de las leyes. Introducción y Edición dirigida por José Sánchez-Arcilla Bernal. Madrid: Reus, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

ARROÑADA, Silvia Nora. La infancia en la España medieval. In: RODÍGUEZ, Geraldo; ARROÑADA, Silvia; BAHAR, Cecila; ZAPATA, Mariana (coord.). **Cuestiones de historia medieval**. Buenos Aires: Ediciones Selectus, 2010. v. 2, cap. 5.

BARTHÉLEMY, Dominique. Quadros: Parentesco. In: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe. **História da Vida Privada**: Da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DUBY, Georges. **As Três Ordens**: ou o Imaginário do Feudalismo. 2°. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2°. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FLANDRIN, Jean-Louis. **Sex in the Western World**: The Development of Attitudes and Behaviour. Singapura: Harwood Academic Publishers, 1991.

GARCÍA HERRERO, Maria del Carmen. Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media. **La vida cotidiana en la Edad Media**: VIII Semana de Estudios Medievales, Nájera, 1998.

GREENLEAF, Barbara Kaye. **Children through the ages**: A history of childhood. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Company, 1978.

HEERS, Jacques. **El Clan Familiar en la Edad Media**. Barcelona: Editorial Laboral, 1978.



SANTOJA HERNÁNDEZ, Pedro. La situación de las mujeres y el matrimonio en la Edad Media y en los siglos XVI y XVII. **Cuadernos para investigación de la literatura hispánica**, Madrid, n. 40, p. 263-328, 2015.

HEYWOOD, Colin. **A History of Childhood: Children and Childhood in the West from Medieval to Modern Times**. Cambridge: Polity Press, 2008.

LEGOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2005.

EXPÓSITO MARTÍN, Francisco Javier. La vida familiar e infantil durante la Baja Edad Media. **Temas para la Educación**, Sevilla, n. 17, Novembro 2011.

MITCHELL, Linda E. **Family life in the Middle Ages**. Westport: Greenwood Press, 2007.

MORETTI, Augusto João. **Miles Christi Fortissimus Rex Fernandus: A legitimação do poder de Fernando III (1217-1252) na Crônica Latina dos Reis de Castela**. Orientador: Jaime Estevão dos Reis. 2022. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

MORETTI, Augusto João. **Teoria e prática da guerra no reinado de Fernando III (1217-1252)**. Orientador: Jaime Estevão dos Reis. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

REIS, Jaime Estevão dos. A educação militar e política de Alfonso X, o Sábio, segundo as fontes castelhanas do século XIII. In: OLIVEIRA, T. **Leituras e imagens da Idade Média**. Maringá: Eduem, 2011m p. 177-198.

RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. **Rei versus nobreza: A revolta nobiliária de 1272/1273 na Crônica de Alfonso X**. Orientador: Jaime Estevão dos Reis. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá - PR, 2017.